



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

EDITAL Nº 90010/2026-DIREN-ANP/PF

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026 - DIREN-ANP/PF

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

200340 - Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de mobiliário destinados a renovar as condições ambientais e ergonômicas de trabalho da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF e Demais Unidades Participantes

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 7.111.713,40 (sete milhões cento e onze mil setecentos e treze reais e quarenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)
- [5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [8. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [9. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [10. DO TERMO DE CONTRATO](#)
- [11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [13. DOS RECURSOS](#)
- [14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

Torna-se público que a **DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**, por meio do Serviço de Licitações e Contratos da Coordenação de Administração e Logística - SELIC/CLOG/DIREN-ANP, sediada na Rodovia DF 001 KM – 02, Setor Habitacional, Taquari – Lago Norte, CEP: 71559-900 - Brasília – DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição mobiliários destinados a renovar as condições ambientais e ergonômicas de trabalho da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por três itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico

ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.13. pessoas físicas;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta

5.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.7. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.8. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.9. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.10. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O Licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. marca; e
- 6.1.3. fabricante.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo..
- 7.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada,

se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de

Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro—prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pela Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia ou por formato digital

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro

cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2h (duas horas)**, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco dias)** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco dias)** úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco dias)** úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco dias)** úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos; e
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico selic.diren.anp@pf.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do

15.2. certame.

15.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selic.diren.anp@pf.gov.br.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução

ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: selic.diren.anp@pf.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência, SEI nº 145951647;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar, SEI nº 145137190;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato, SEI nº 145168301;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços, SEI nº 146206076;

16.11.4. Anexo IV - Portaria nº 13.056/2020 - DG/PF (Anexo IV da Portaria);

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

CHRISTIANE CORREA MACHADO

Delegada de Polícia Federal

Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia

DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANE CORREA MACHADO**, Delegado(a) de Polícia Federal, em 26/05/2026, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146206154&crc=240D3312](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146206154&crc=240D3312).

Código verificador: **146206154** e Código CRC: **240D3312**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência

Qualquer divergência entre o CATMAT e o Termo de Referência (TR), prevalecem as especificações do (TR)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição dos itens 41 - 42 e 43 remanescentes do pregão 90005/2026 de mobiliários destinados a renovar as condições ambientais e ergonômicas de trabalho da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia Federal UASG 200340, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento..

GRUPO	ITEM	DEFINIÇÃO DO CATMAT DO MOBILIÁRIO COM QUANTITATIVOS REVISADOS	QT AN
Grupo 1	1	ARMÁRIO AÇO TIPO GUARDA-ROUPA Características principais: - Armário de aço em módulos com portas, tipo guarda-roupa; - Modulado com dois ganchos para dois cabides de poliuretano por compartimento duplo. Dimensões: Largura: 1200 mm Profundidade: 450 mm Altura: 1980 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5% Especificações técnicas: Corpo e prateleiras em chapa de aço perfil #24 ou #26 com estrutura reforçada, compartimentos duplos. Portas em chapa de aço perfil #24 ou #26 com reforço interno e mínimo de quatro venezianas de ventilação. Dobradiças metálicas, internas e antivolação. Fechadura com chave e dispositivos para cadeado. Tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência à abrasão e impactos, com secagem em estufa. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Apresentar para este item: - Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13961:201 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO. - Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por profissional habilitado	1
	2	ESTANTE DE AÇO Características principais: - Estante de aço com 06 a 08 (seis a oito) prateleiras. Dimensões: Largura: 1000 mm Profundidade: 450 mm Altura: 1980 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5% Especificações técnicas: Estante com 08 prateleiras, aptas a suportar 100 kgf/ prateleira (uniformemente distribuídos). Aberta nos fundos e laterais. Colunas: elementos estruturais com furação oblonga com espaçamento de 50 a 50 mm, com sapatas formados por perfis "L" 54 mm x 34 mm x 2.00 mm de espessura. (Chapa #24 ou #26). Prateleiras: oito elementos estruturais formados por perfis 920 mm x 420 mm x 0.90 mm de espessura com um reforço ômega (para 100 kgf/plano). (Chapa #24 ou #26). Divisores: elementos estruturais formados por perfis "U" 200 mm x 420 mm x 0.60 mm. (Chapa #24 ou #26). Tratamento das superfícies: todas as peças devem receber tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Apresentar para este item: - Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13961:201 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO. - Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por profissional habilitado.	8

3	ARMÁRIO PARA ACONDICIONAMENTO PARA ARMAS DE FOGO LONGA Armário eletrônico para armamento policial, destinado ao armazenamento seguro de armas longas, munições, coletes balísticos, algemas e demais equipamentos operacionais, com acesso controlado e estrutura interna reforçada. -Acesso interno através de fechadura eletrônica que permite ser integrada com software para controle de acesso. - Iluminação interna em LED; -Compartimentação modular reajustável para armazenamento organizado dos equipamentos. -Parte externa confeccionada em MDF de alta densidade com acabamento laminado, garantindo acabamento estético e integração visual com o ambiente institucional; -Estrutura interna 100% confeccionada em aço carbono de alta resistência; -Portacom3 dobradiças reforçadas; - Corpo do armário com aço carbono galvanizado de espessura mínima de 1,55mm (bitola de chapa 16); -Sistema eletrônico de fechamento seguro com tranca reforçada e vedação adequada; -Estrutura com ventilação interna adequada, para evitar acúmulo de umidade e corrosão de armamentos. Deve possuir sistema de fixação ao piso e/ou parede, conforme as normas de segurança; O armário deverá permitir fixação obrigatória a o piso e à parede, com os seguintes itens de segurança: Utilização de parafusos de ancoragem com bucha metálica tipo para bolt de 3"x1/2, ou equivalente de alta resistência; -A fixação deve ser feita diretamente no piso e alvenaria, de forma a inviabilizar movimentações não autorizadas ou tentativas de remoção; -A contratada será responsável por fornecer todos os elementos de fixação, respeitando o tipo de material da base (piso e parede) da unidade. Suportes e prateleiras para acomodação de: *armas longas; *coletes balísticos; *pentes de munição; * algemas; *coldres; *cassetetes; -Gancho metálico resistente para armazenamento de algemas; -Gancho individualizado para coletes balísticos; -Prateleiras e suportes individuais para armas longas, de forma a evitar o contato direto entre os armamentos; -A face interna da porta do armário também poderá ser personalizada, permitindo a instalação de suportes auxiliares, tais como ganchos para algemas, pequenos suportes para armas curtas ou outros acessórios operacionais, conforme necessidade da unidade requisitante. -Altura :2.000mm(2,00m) -Largura: 1.100mm (1,10m) -Profundidade: 500mm (0,50m) Volume interno estimado: aproximadamente 1.100litros. O armário deverá atender às exigências legais e regulamentares vigentes, em especial as diretrizes da Polícia Federal, do Exército Brasileiro e normas de segurança aplicáveis ao armazenamento de armamento. A estrutura externa do armário será padronizada, com as dimensões e características técnicas previamente estabelecidas neste Termo de Referência. Contudo, a configuração interna do armário será personalizada conforme as necessidades específicas de cada unidade da Polícia Federal contratante. A contratada deverá, no momento da entrega e instalação, adequar a compartimentação interna do armário, respeitando as demandas informadas pela unidade, podendo incluir ou redistribuir: -Suportes e prateleiras para armas longas e armas curtas; -Ganchos para algemas; -Ganchos para coletes balísticos; -Suportes e prateleiras para munições; -Espaços dedicados a coldres e outros acessórios. A definição da quantidade e da posição dos compartimentos internos será feita pela unidade demandante, observando a estrutura modular do armário e as possibilidades técnicas de adaptação. Obs: A empresa contratada deverá apresentar, previamente à produção de cada armário, o layout interno personalizado para aprovação da unidade requisitante. 2. Apresentação dos seguintes certificados: a) Laudo de avaliação ergonômica de profissional ou declaração (médico, ou engenheiro de segurança do trabalho ou Ergonomista) devidamente acreditado, atestando que o mobiliário ofertado, com imagem e medidas, está dentro da Norma Regulamentadora NR17 -Ergonomia, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional (CREA ou CRM ou ABERGO) ou ART paga com a devida comprovação de autenticidade, que comprove habilitação e especialização em medicina do trabalho, ergonomia ou engenharia de segurança do trabalho, para emissão do respectivo laudo; b) Certificação FSC (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal), devidamente comprovado, Cerflor ou de finalidade equivalente, para o critério de cadeia de custódia, em nome do fabricante do produto cotado, emitida por instituição pública oficial ou credenciada; c) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBRNBR13.961: 201, emitido pela ABNT(Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora acreditada pelo INMETRO; d) Documento para Acabamento em Peças Metálicas com Pintura: Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação de acordo com a Norma NBR17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri 0; Avaliação das Normas NBR8095 e NBR8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri 0; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR10545; ASTM D3359; e ASTM D2794; e) Os laudos/certificados deverão estar acompanhados – Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, linha/modelo e, caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.				
	VALOR TOTAL ESTIMADO				

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante contendo locais de entrega(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR: DIREN-ANP/PF - ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - 200340 Endereço: Rodovia DF-001, km 02, Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	ARMÁRIO AÇO TIPO GUARDA-ROUPA	Unidade	1	1	1
2	ESTANTE DE AÇO	Unidade	4	8	8
3	ARMÁRIO PARA ACONDICIONAMENTO PARA ARMAS DE FOGO LONGA	Unidade	3	3	3

200338 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF Endereço: SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estr. St. Policial Militar - Sul, DF, 70610-902. Telefone: (61) 2024-7501					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	20	20
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200352 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES Endereço: Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105. Telefone: (27) 3041-8249					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL

1	463054-Armário aço	Unidade	2	9	9
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	10	10
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200354 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MS Endereço: R. Fernando Luís Fernandes, 322 - Vila Sobrinho, Campo Grande - MS, 79110-503. Telefone: (67) 3303-5600					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	30	30
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	50	50
3	630284-Armário	Unidade	1	2	2

200360 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SP Endereço: R. Hugo D'Antola, 95, Lapa, São Paulo - SP. Telefone: (11) 3538-5000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	50	50
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	50	50
3	630284-Armário	Unidade	5	50	50

200358 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AL Endereço: Av. Walter Ananias, 705 - Jaraguá, Maceió - AL, 57022-065. Telefone: (82) 3216-6767					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	8	8
3	630284-Armário	Unidade	2	6	6

200374 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MT Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205 - Araes, Cuiabá - MT, 78008-902. Telefone: (65) 3927-9393					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	4	4
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	2	2
3	630284-Armário	Unidade	1	2	2

200356 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ Endereço: Av. Rodrigues Alves, 1 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250. Telefone: (21) 2203-4000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200398 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- PE Endereço: Cais do Apolo, 321 - Recife, PE, 50030-907. Telefone: (81) 2137-4000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	5	5
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	5	5
3	630284-Armário	Unidade	1	5	5

200344 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- SE Endereço: Avenida Chanceler Osvaldo Aranha, 1119, Novo Paraíso, Aracaju/SE - 49082-110. Telefone: (79) 3234-8579 - Plantão (24h) Horário de atendimento ao público da Recepção: 08h às 12h e 14h às 18h, de segunda a sexta-feira (dias úteis)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	30	30
3	630284-Armário	Unidade	1	5	5

200390 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PI Endereço: Av. João XXIII, 4500 - Recanto das Palmeiras, Teresina - PI, 64045-795. Telefone: (86) 2106-4924					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	5	5
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	2	2
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200346 - SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL - BA Endereço: Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001. Telefone: (71) 3319-6000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	15	15
3	630284-Armário	Unidade	5	15	15

200376 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- GO Endereço: Av. Edmundo P. de Abreu, 826 - St. Pedro Ludovico, Goiânia - GO, 74823-030. Telefone: (62) 3240-9600.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	8	8
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	8	8
3	630284-Armário	Unidade	2	8	8

160148 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO CMP Endereço: Avenida do Exército, Bloco Base ADM AP/CMP, BRASÍLIA/DF					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	1	1
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	4	4
3	630284-Armário	Unidade	1	1	1

200396 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PB Endereço: Rua Aviador Mário Vieira de Melo, Rodovia BR 230 km 16,5, João Agripino, João Pessoa/PB Telefones: (83) 3565-8450, (83) 3565-8802 e 3565-8803 Plantão (24h)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	22	22
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200382 - SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS Endereço: Av. Domingos Jorge Velho, 40 - Dom Pedro, Manaus - AM, 69042-470 Telefone: (92) 3655-1515					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL

1	463054-Armário aço	Unidade	1	2	2
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	3	3
3	630284-Armário	Unidade	1	3	3

DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU 200366 - DIVISAO DE POLICIA FEDERAL - FOZ DO IGUAÇU/PR DPF/FIG/PR: Avenida Paraná 3470, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85863-469. Setor: NUMAT/SELOG/DPF/FIG/PR, Responsáveis Márcio e/ou Maria Aparecida (45) 3576- 5620/5619.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	10	50	50
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	90	90
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200388 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- MA Endereço: Avenida Daniel de La Touche, nº 4000 - Bairro: Cohama, São Luís/MA - CEP 65074-115 Local de Entrega: NUMAT/SELOG/SR/PF/MA – no horário de 09:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00 horas.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	10	10
3	630284-Armário	Unidade	2	10	10

200342 - DIRETORIA DE TECN.DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO Endereço: SAIS Quadra 07, Lote 23, Edifício DTI - Setor Policial - CEP: 70.610-902 - Brasília/DF.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	4	Aceita

200394 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN Endereço: R. Dr. Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-165. Telefone: (84) 3204-5500					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	12	12
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200384 - SUPERINT.REGIONAL DE P.FEDERAL NO EST.DE RR Endereço: Av. Brasil, 551 - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-050. Telefone: (95) 3621-1500					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	20	20
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	2	8	8

200392 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - CE Endereço: Av. Borges de Melo, 820 - Aeroporto, Fortaleza - CE, 60415-510. Telefone: (85) 3392-4934					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	10	60	60
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	40	40
3	630284-Armário	Unidade	5	22	22
			1	3	3

COORDENAÇÃO GERADL DE ADMINISTRAÇÃO - CGAD/DLOG/PF 200334 - COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD Endereço: SCN Quadra 4 Bloco A Torres B, C e D do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF, 70714-903. Telefone: (61) 2024-8100					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	20	200	200
2	486066-Estante metálica	Unidade	15	150	150
3	630284-Armário	Unidade	10	70	70

200370 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SC						
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744 - Agronômica, Florianópolis - SC, 88025-255.						
Telefone: (48) 3281-6500						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA		QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	Joinville/SC	2	2
			1	Chapecó/SC	3	3
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	Florianópolis/SC	5	5
3	630284-Armário	Unidade	1	Florianópolis/SC	2	2
			1	Joinville/SC	3	3
			1	Lages/SC	1	1

200402 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AP						
Endereço: Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e - BR-210, s/n - Infraero, Macapá - AP, 68908-910.						
Telefone: (96) 3213-7500						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA		QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	Macapá/AP	2	2
			1	Oiapoque/AP	1	1
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	Macapá/AP	8	8
			1	Oiapoque/AP	4	4
3	630284-Armário	Unidade	2	Macapá/AP	6	6
			1	Oiapoque/AP	3	3

200364 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ Rua Professora Sandália Monzón, 210 – Santa Cândida Curitiba - PR, 82640-040. Telefones: (41) 3251-7500, (41) 3251-7501 - Plantão (24h) e (41) 3251-7519 - Recepção.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	5	5
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	10	10
3	630284-Armário	Unidade	2	6	6

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA - PCRR 927020 - ERR-POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA Endereço: Av. Getúlio Vargas, 3859, Canarinho Cep 69.306-545, Boa Vista-RR E-mail do responsável pela IRP: da@policiacivil.rr.gov.br/ luiz.silva@policiacivil.rr.gov.br/jimmy.segundo@policiacivil.rr.gov.br Telefone: (95) 98410-7105 / (95) 98111-0020					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	10	100	100
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	200	200
3	630284-Armário	Unidade	1	12	12

200404 - SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO TO Endereço: Quadra 103 Sul (ACSO1, Av. LO-01, 53 - Centro, Palmas - TO Telefone: (63) 3236-5400					
ITEM	ESPACIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	65	65
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200372 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RS Endereço: Avenida Ipiranga, 1365 – Bairro Azenha, Porto Alegre – Rio Grande do Sul / CEP - 90160-093. Telefones: (51) 3235-9000, (51) 3235-9015, (51) 3235-9013 - Plantão (24h).					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	5	28	28

DIRETORIA TÉCNICO CIENTÍFICA - DITEC 200406 - DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF Endereço: SAIS Quadra 7, Lote 23 - Setor Policial Sul - Complexo Polícia Federal - Prédio INC, Brasília, DF, 70610-200. Telefone: (61) 2024-8000.					
Item	ESPECIFICAÇÕES	Unidade	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	8	8
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000032/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 180;
- IV) Classe/Grupo: 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200340-105/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. conscientização de seus empregados quanto às boas práticas ambientalmente sustentáveis, como:
 - 4.1.1.1. adequado acondicionamento ou descarte dos resíduos recicláveis;
 - 4.1.1.2. racionalização do consumo de energia (especialmente elétrica) e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - 4.1.1.3. redução de produção de resíduos sólidos.

- 4.2. Em cumprimento aos requisitos dispostos no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - AGU" (disponível em <https://www.gov.br/agu-pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), a CONTRATADA deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade ambiental.

- 4.3. Nos termos do Art. 7º, Incisos III e IV da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deve priorizar, no que couber, a adoção de padrões sustentáveis de produção, além de desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

- 4.4. Para os itens produzidos com madeira opu derivados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

No item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

- 4.5. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

Critérios Ambientais para Mobiliário (MDF)

4.6. Matéria-Prima Certificada:

- 4.7. Exigir que o MDF (e outros componentes de madeira) seja proveniente de **manejo florestal sustentável**.
- 4.8. Comprovar esta origem por meio de **certificações reconhecidas**, como a do **FSC** (*Forest Stewardship Council*) ou de programas similares (ex: CERFLOR).

4.9 Baixo Nível de Substâncias Nocivas:

- 4.10. Priorizar o mobiliário que utilize **adesivos e vernizes com baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs)**. COVs podem ser prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.
- 4.11. Especificar MDF com **baixo teor de formaldeído** (classe E1 ou E0), pois o formaldeído é um poluente do ar interno.

4.12. Embalagens Sustentáveis:

- 4.13. Exigir que as embalagens de transporte sejam feitas de **material reciclado** e/ou que sejam **recicláveis** (ex: papelão).

Da exigência de carta de solidariedade

4.14. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.14.1. Tal necessidade se configura importante pela volumetria e valor da contratação no caso de revendedor ou distribuidor com fulcro no artigo 41 - IV da Lei 14.133/2021.

Subcontratação

4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (**quarenta e cinco**) dias, contados do assinatura do contrato e de sua ordem de fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços constantes das tabelas de quantitativos mínimos e máximos do item 1.1.1 referentes a cada unidade participante deste Registro de Preços.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia dos bens, compreendida a garantia legal e a garantia contratual, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, prevalecendo o prazo oferecido pelo fabricante, se superior”.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **20 (vinte)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. As tratativas, sempre que possível, serão comunicadas por escrito.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

- 7.2.4.1. **Moratória**, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (três centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**.
- 7.2.4.3. **Compensatória**, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.
- 7.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
- 7.2.4.5. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5 % (cinco por cento) a 12% (doze por cento)** do valor da contratação.
- 7.2.4.6. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 3% (três por cento)** do valor da contratação.
- 7.2.4.7. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Tal condição atende ao princípio requisito de Condições de aquisição e pagamento semelhante

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis visando trazer condições de recebimento alinhadas ao setor privado.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **11/03/2026**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 8.32.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36.** O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **parcelado mediante ordem de fornecimento**.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5.** pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6.** empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8.** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9.** sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10.** sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.** filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12.** sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13.** Para o exercício de atividade que envolva produção industrial, importação, comercialização ou utilização de produtos preservativos de madeira: ato de registro ou cadastramento expedido pelo IBAMA, nos termos dos artigos 1º e 14 da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
- 9.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica.

- 9.25.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.25.1** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.25.1.1** fornecimento de móveis para escritório ou residenciais.
- 9.25.1.2** o fornecedor deverá comprovar o fornecimento de no mínimo 25% do quantitativo do grupo ao qual lograr-se vencedor no certame.
- 9.25.1.3** Fica dispensado de apresentação de atestado quando o somatório dos quantitativos de grupos vencidos pelo licitante forem menores que 300 unidades.
- 9.25.2** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 9.25.3** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.25.4** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.26.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 7.111.713,40 (sete milhões, cento e onze mil setecentos e treze reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Tratando-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, na data da assinatura.

Equipe de planejamento



Documento assinado eletronicamente por **ADAILTON GOMES PEREIRA JUNIOR, Agente Administrativo(a)**, em 06/05/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANILO LOPES DE CARVALHO, Agente Administrativo(a)**, em 06/05/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145951647&crc=7160E9F6.

Código verificador: **145951647** e Código CRC: **7160E9F6**.

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - DF

Estudo Técnico Preliminar 42/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08204.002268/2025-68

2. Descrição da necessidade

ESTUDO PRELIMINAR Nº 76639299/2025-SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF.

Processo nº 08204.002268/2025-68

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Trata-se de processo onde o Setor de Material - SEMAT/CLOG realizou levantamento de quantitativo de bens para início de processo administrativo - pregão eletrônico para sistema de registro de preços para eventual aquisição de materiais permanentes do tipo mobiliário especificado na Portaria nº 13.056/2020-DG/PF (142149111) para atender as necessidades de toda a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia é a instituição de ensino da Polícia Federal do Brasil, responsável pela formação, capacitação, aperfeiçoamento e especialização dos seus servidores tendo o status de escola de governo e atuando não apenas na formação dos servidores da casa como de outras instituições mediante convenios e acordos, inclusive recepcionando e ministrando cursos para delegações estrangeiras de diversos países.

2.2. A Polícia Federal, cuja história remonta a 1808 (com o embrião da polícia no Brasil), evoluiu em suas competências. A ANP se consolidou como a casa de ensino dedicada a preparar os quadros da PF, acompanhando o crescimento e a complexidade das atribuições federais. Em 2023, a estrutura da PF foi reorganizada, criando-se a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN/ANP).

2.3. Missão Institucional: Embora a missão específica da ANP seja a formação e a excelência no ensino das Ciências Policiais, ela se insere na missão maior da Polícia Federal, que é exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito. A ANP tem a visão de se tornar referência mundial em Ciência Policial.

2.4. Função Institucional (ANP):

2.4.1. Formação: Promove o Curso de Formação Profissional para os aprovados em concurso público para os diversos cargos da PF (Delegado, Agente, Escrivão, Papiloscopista e Perito Criminal Federal).

2.4.2. Capacitação e Aperfeiçoamento: Oferta cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) no campo das Ciências Policiais, por meio da Escola Superior de Polícia.

2.4.3. Pesquisa e Cooperação: Desenvolve projetos de atualização e pesquisa em segurança pública e promove a cooperação educacional.

2.4.4. Infraestrutura: Possui um amplo complexo, incluindo salas de aula, alojamentos (138), centro de treinamento, cidade cenográfica e estandes de tiro, para proporcionar um treinamento completo e prático.

2.5. A necessidade de renovação do mobiliário da Academia Nacional de Polícia é uma questão crítica de infraestrutura, que impacta diretamente a qualidade do ensino e as condições de trabalho/estudo na instituição.

2.6. Os mobiliários da ANP são oriundos de data anterior ao ano de 2010 (mesas e cadeiras) tendo uma pouquíssima quantidade comprada em 2014 (armários e algumas cadeiras), e agora adquirida apenas o mobiliário do laboratório de informática para substituição.

2.7. Nesse contexto foi realizada pesquisa utilizando IA generativa do Google (144938785) para se obter uma média da durabilidade de mobiliários chegando ao valor de 8 anos. Na mesma pesquisa apresentou-se os principais sinais característicos de fim da vida útil ergonômica:

2.7.1. Perda de Suporte Lombar: Se o encosto não mantém mais a curvatura natural da coluna ou apresenta folgas excessivas. 2.7.2. Assento "Fundo": Sentir a base rígida da cadeira através da espuma indica que ela não distribui mais o peso corretamente.

2.7.3. Instabilidade: Ruídos excessivos, balanços laterais ou rodízios travados forçam posturas compensatórias prejudiciais. 2.8. Tais elementos aparecem em grande parte nas cadeiras utilizadas na Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia. 2.9. Em relação aos demais mobiliários temos várias mesas com laminados soltando, riscados, pernas bambas faltando pés, armários com problemas me fechaduras, com trinco soltando, portas empenadas e desniveladas.

2.10. Tais ocorrência se dão tendo em vista que o nos encontramos no ano de 2026 e o mobiliário geral da Diretoria da Academia Nacional de Polícia possui mais de 12 anos tendo sua vida útil ergonomica totalmente encerrada.

2.11. Inicialmente foi realizado levantamento premilinar das necessidades das localidades conform Planilha Levantamento de mobiliários unidades DIREN-ANP/PF (142141945) presente no bojo dos autos, todavia, após análise pela cupula da Administração, de que os demais mobiliários já possuía mais de 12 anos de vida útil, optou-se po registrar preços para possível substituição de todo o mobiliário, que conforme o estudo sobre a vida útil média de uma cadeira de escritório IA GOOGLE (144938785) encontram-se com sua vida ergonomica útil encerrada.

2.12. Sendo assim se justifica a aquisição de mobiliário para atender as necessidades de renovação do mobiliários dos setores desta Diretoria de Ensino, bem como possibilidade de participação de outras Unidades Gestoras da Polícia Federal, tendo em vista a padronização presente na Portaria nº 13.056-2020-DG-PF (142149111), que vincula as unidades da Polícia Federal. Nesse contexto a aquisição dar-se-á por intermédio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços.

2.13. Com o passar dos anos o mobiliário da Diretoria de Ensino foi se deteriorando, gerando a necessidade de reposição mediante de aquisição de novos mobiliários em consonância com a Portaria nº 13.056-2020-DG-PF (142149111).

2.14. A presente contratação pra registro de preços, consubstanciada no IRP 22/2025 - Anexo SIASGnet IRP-22/2025 (143522747) resultou no seguinte quantitativos consolidado:

	ITEM	DEFINIÇÃO DO CATMAT DO MOBILIÁRIO COM QUANTITATIVOS REVISADOS	QTD ANP	QTD SR DF	QTD SR ES	QTD SR MS	QTD SR SP	QTD SR AL	QTD SR RJ	QTD SR PE	QTD SR AC	QTD SR PR	QTD SR BA	QTD SR GO	CMD EX	QTD SR PB	QTD SR AM	DFF POZ	QTD SR RO	QTD SR MA	QTD SR RN	QTD SR RR	QTD SR CE	QTD SR SC	QTD SR AP	QTD SR TO	QTD SR MT	QTD SR MS	PC RR	QTD TOTAL					
Grupo 1	1	MESA MODELO A.-	2	2		2	200		5	2		2	2	1		2	5														386				
	2	MESA DE APOIO MODELO A.-	2	2		2	200		5	2		2	2	1		2	5														329				
	3	CONEXÃO CURVA MODELO A.-	2	4		2	80		5	2		2	2	1		2	3	1	5		2	2	2	30	1	6	1	1	2			157			
	4	GAVETEIRO MODELO A.-	2	4		4	150		5	4		5	2	2		2	15	2													200	647			
	5	ARMÁRIO BAIXO (APARADOR) MODELO A.-	2	4		4	50		5	2		3	2	2		2	3	2														293			
	6	MESA DE CENTRO MODELO A.-	2	2		2	50		4	5		2	2	2		2	3															199			
	7	MESA LATERAL MODELO A.-	2	2		2	50		5	5		2	2	2		2	5															223			
	8	MESA DE REUNIÃO COMPONÍVEL MODELO A.-	1	2		2	80		5	4		3	2	2		1	3	0														209			
	9	ARMÁRIO ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS (ALTURA 1.600 MM) -	284	60			200	200	30	20		100		30	70	50	10	10	20	92	10	40		40	8	500	350	39	60	5	16	20	30	80	2374
	10	ARMÁRIO SUPER ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS (ALTURA 2000 MM) -	1	60		1	100	100		10		1	15	70	20		1	5	20	30	15	40		20	8	200	250	18	6		80	2	10	1083	
	11	ARMÁRIO ALTO SEMIABERTO -	54	30		4	20	50	4	5	20	150		5	50	50	10	8	15	27		30		1	30	8	600	300	2	45	5	1	10	15	1564
	12	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS -	251	200		3	200	150	40	35	140		5	50	50	10	15	15	53		30		1	30	8	600	350	53	60	10	16	20	35	50	3480
	13	GAVETEIRO VOLANTE E COM QUATRO GAVETAS -	287	250		16	300	100	30	40	70		30	200	80	10	15	30	130	30	100		40	8	700	400	104	60	20	113	40	35	50	3288	
	14	MESA AUTOPORTANTE (TAMPO 1.400 x 1.400 MM) -	239	150		21	200	50		15	30		50	100	60	10	20	30	123	25	50		40	20	520	350	45	60	20	24	20	30	100	2402	
	15	MESA AUTOPORTANTE (TAMPO 1.600 x 1.600 MM) -	1	150		7	100	50	40	5	1		50	100	60		1	10	80		10	90		20	20	110	200	32	30	20	55	10	15	15	1282
	16	MESA PENINSULA GOTA -	45	70		13	21	50	8	5	30		30	100	30	10	15	22	7		35		12	4	110	250	11	30	5	15	6	10	15	948	
	17	MESA DE REUNIÃO CIRCULAR -	18	50		50	50	400	0	5	10		10	70	2	0	15	4	15		10		12	4	21	100	2	16	10	5	4	3		906	
	18	MESA DE REUNIÃO OVALADA OU RETANGULAR 2400 mm -	18	40		6	10	50	4	3	4		5	20	2	6	5	1	4		10		12	4	20	30	3	2	6		4			265	
	19	MESA DE REUNIÃO OVALADA OU RETANGULAR 3000 mm -	1	40		10	50	2	3	4		5	10	1	1	3	0	3		12		12	4	10	180		2	6	4		1		308		
	20	MESA DE REUNIÃO COMPONÍVEL -	1	40		10	2	50		3	5		1	10	1	1	4	1					6	12	4	2	200		2	16	2	4		378	
	21	MESA RETANGULAR INDIVIDUAL -	1	50		34	200	50	40	15	30		30	50	20	1	23	1	78		10		20	10	90	150	2	12	20	7	10	15	987		
	22	MESA REGULAGEM ELÉTRICA - PNEU -	1	5		2	20	0			5		1	10		1	5	3					12	8	30	160		2	1	1	1		279		
	23	MESA PARA REFEITÓRIO 1200X1000MM -	1	15		7		50	2	1	30	4		5	4	1	1	3	1	17		5		12	2	30	120	1	20	3	1	10	10	50	404
	24	MESA PARA REFEITÓRIO 1400X1000MM -	1	15		60		50	2	3	4		5	4	1	1	3	1	17		5		12	2	15	70	1	12	3	1	5		289		
	25	MESA PARA REFEITÓRIO 1600X1000MM -	1	15	2		50	4	1	4		10	4	1	1	1	3	1	15		5		12	2	10	40	2	3	1	2	5		194		
Grupo 2	26	CADEIRA COM RODÍZIOS MODELO A.-	14	4		30	400		30	35		3	4	20	4	50	0		40	45		2	8	204	650	2	30			30		100	1711		
	27	CADEIRA COM RODÍZIOS MODELO B.-	677	300		500	20	50	70	50		100	200	100	10	40	110	292	40	200	12	800	40	700	1	134	90	50	79	80	80		4825		
	28	CADEIRA UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES DE REUNIÃO -	239	150		100	200		20	50		30	500	40	10	30	25	69		85		400	30	344	250	32	48	30	39	20	60	100	2901		
	29	CADEIRA DE INTERLOCUTOR PARA OS AMBIENTES DE TRABALHO -	36	150		19	200	200	30	50		180		5	200	40	30	25	20	116		70		600	30	313	270	20	30	30		20	40	250	2980
	30	CADEIRA INDIVIDUAL (FIXA E IMPLANTÁVEL) -	246	50		50	50		20	100		30	30	15	40	5	20	60		70		30		30	200	250	55	90		80	10	30	1561		
	31	LONGARINA DE 2 LUGARES -	17	15		5	100		5	1		10	15	1	15	3	6	30		12		80	10	62	80		20	30		5		80	904		
	32	LONGARINA DE 3 LUGARES -	10	15		34	30	100		5	20		20	15	1	10	2	30	30		10		60	20	51	80	25	16	30	10	5		150	772	
	33	POLTRONA AUDITÓRIO COMUM -	1	300		50	200	100		10		200	80	50		3	90	2	52		120		90	200	30	180	100	205	16				2091		
	34	POLTRONA AUDITÓRIO PARA OBESOS -	1	5		4	11	50		2	2		4	5		1	2	2	2		5		6	4	6	10	2	2					126		
	35	SOFÁ DE 01 LUGAR - Característica principal: -	1	30		11	20	50	8	2	50	10	1	10	10	5	1	5	10	32	10	20		30	8	30	220	5	16	20	3	5	14	10	647
Grupo 3	36	SOFÁ DE 02 LUGARES - Característica principal: -	32	25		20	100	8	10	50	40	20	10	30	10	5	20	8	17	10	15	1	80	10	50	170	16	16	10	3	5	20	4	815	
	37	SOFÁ DE 03 LUGARES - Característica principal: -	33	20		20	100	8	10	50	20	20	10	30	5	5	21	15	18	10	25	1	60	8	50	170	12	16	10	5	5	3		760	
	38	PAINEL DIVISÓRIO PANORÂMICO COM 1400 MM DE LARGURA -	1	20				50		5	1		10	20		1	5	1			5		12	8	60	21		12	20		20			272	
	39	PAINEL DIVISÓRIO PANORÂMICO COM 1600 MM DE LARGURA -	1	20				50		5	1		10	20		1	5	1			5		12	8	30	1	12	12	20		10			224	
Grupo 4	40	PAINEL PARA FORMAR ESTAÇÕES -	1	30		7	100	100		5	1		10	20		1	5	1			5		12	8	40	151		12	1		10			520	
	41	ARMÁRIO AÇO TIPO GUARDA-ROUPA -	1	20		30	30	50	10	4	10		5	10	8	1	22	2	50		10	4	12	20	60	200	5	3	5		8	10	100	669	
	42	ESTANTE DE AÇO -	8	20		10	50	50	8	2	30		2	15	8	4	20	3	90		10		20	20	40	150	5	12	10	65		20	200	872	
	43	ARMÁRIO PARA ACONDICIONAMENTO PARA ARMAS DE FOGO LONGA -	3	20		4	2	50	6	2	20	5		4	15	8	1	4	3	20		10		20	8	25	70	6	9	6	4	4	28	12	369

2.15. Por se tratar de uma licitação para participação de todas as unidades da Polícia Federal e eventuais participantes externos, e considerando que as empresas que fabricam mobiliário possuem representantes e lojas em todo o Brasília havendo assim uma cadeia de logística robusta e consolidada a nível nacional, optou-se por não regionalizar a contratação sendo preço de referência único para todo o país tomando por base a cotação de preços realizada pelo órgão gerenciador consolidada no Lici. Mapa Comparativo de Preços (143460013) para nortear o valor estimado da aquisição, que sofrerá o devido escrutínio da fase de lances do respectivo pregão eletrônico. Tal medida atende isonomia, vantajosidade e economicidade da contratação, tendo em vista que o grande volume de mobiliário a ser adquirido poderá garantir economia de escala trazendo um preço mas competitivo sem contudo causar prejuízo a competitividade aos princípios da igualdade e da isonomia.

- 2.16. A necessidade de se obter móveis com qualidade e identidade fez com que esta Administração dividi-se a presente contratação em 4 grupos: i) O primeiro Grupo possui mesas, armários e gaveteiros que precisam ter o laminado idêntico para que não haja multiplicidades de padrão; ii) O segundo grupo com cadeiras, poltronas e sofás; iii) O Terceiro Grupo com os painéis para estações e painéis panorâmicos; e iv) O quarto grupo com os armários e estantes confeccionado em aço.
- 2.17. Tal estratégia permite que empresas que fabricam armário de forma exclusiva, mas que não trabalham com cadeiras ou mesas, possa participar do certame, bem como empresas que trabalham apenas com cadeiras e sofás e cadeiras possam participar do certame ampliando assim a competitividade do certame.
- 2.18. Nesse contexto o quantitativo a ser adquirido, pela gerenciadora será de 2.542 (dois mil quinhentos e quarenta e duas) peças de mobiliário conforme tabela acima.
- 2.19. O somatório do total de mobiliário previsto para aquisição será de 44653 (quarenta e quatro mil) unidades.
- 2.20. Não adoção de reserva de cota nos termos do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015.
- 2.20.1. A Administração Pública pode não aplicar o tratamento diferenciado e não reservar cota de até 25% para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que haja justificativas técnicas adequadas, conforme os incisos previstos.
- 2.20.2. No presente caso, a licitação compreende a aquisição de mobiliário, destinados a diversas unidades da Polícia Federal em âmbito nacional, com as seguintes razões técnicas que justificam a não aplicação da cota reservada:
- 2.20.2.1. Necessidade de padronização dos bens e das garantias: a licitação parte da premissa de que os mobiliários são padronizados conforme PORTARIA Nº 13.056- DG/PF, DE 15 DE JULHO DE 2020 que define o padrão básico para as especificações do mobiliário a ser adquirido pela Polícia Federal, na forma constante nos Anexos que integram esta Portaria. 2.20.2.2. A contratação objetiva fornecer bens com especificações uniformes e garantias padronizadas, de modo a garantir compatibilidade técnica, intercambialidade, uniformidade no atendimento técnico e manutenção, além de facilitar a logística de distribuição, instalação e reposição nas diferentes unidades da PF.
- 2.20.2.3. A fragmentação da contratação, mediante reserva de cota, comprometeria a padronização dos produtos e a efetividade do fornecimento nacional, o que se enquadra na hipótese do art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, que permite a não aplicação do benefício quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto.
- 2.20.2.4. No âmbito do mercado cada empresa possui em seu catálogo modelos de cor e tonalidades específicas em seus laminados, bem como dimensões, puxadores, maçanetas, tonalidades de ferragens, ângulos de torção das ferragens, entre outros aspectos singulares o que poderia, no caso concreto implicar em alteração do layout trazendo uma confusão de cores, modelos, tonalidades, formatos específicos causando prejuízo à identidade visual do objeto contratado comprometendo, inclusive a padronização pretendida, além das questões já elucidadas no bojo dos autos de gestão contratual, uma vez que, mesmo com a referida restrição o resultado de tal licitação poderá gerar diversas atas de registro de preços por grupo, localidade e tipo de mobiliários a ser contratado, mas evitando que naquele mesmo item ou grupo hajam as distorções supracitadas. Nesse condão preservar-se-á apenas o benefício de impute ficto sendo a cota reservada de 25% afastada.
- 2.21. Vedação de participação a posteriori do SRP (carona).
- 2.21.1. Será divulgado IRP e aceitas as manifestações de Órgãos interessados em participar da licitação. Entretanto, não serão aceitas pedidos de participação a posteriori na Ata de Registro de Preços, pelas seguintes razões:
- 2.21.2. O artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 9º do Decreto nº 11.462/2023, prevê a possibilidade de órgãos ou entidades da Administração Pública que não manifestaram interesse na fase de Intenção de Registro de Preços (IRP) aderirem, posteriormente, à ata de registro de preços, na condição de não participantes. Contudo, o mesmo dispositivo faculta ao órgão gerenciador avaliar e deliberar sobre a conveniência e oportunidade da adesão.
- 2.21.3. No presente caso, considerando a realidade administrativa da DIREN-ANP/PF, verifica-se que o quadro de servidores disponíveis para atuar na gestão e no acompanhamento contratual é reduzido, situação que impõe limitações práticas ao gerenciamento de demandas adicionais além daquelas já previstas para atender às necessidades institucionais e dos órgãos participantes que se manifestaram na fase de IRP.
- 2.21.4. A autorização de adesões posteriores implicaria aumento significativo das obrigações de fiscalização, acompanhamento de entregas, controle de prazos e eventuais tratativas com fornecedores, o que poderia comprometer a eficiência, a economicidade e a governança do processo.
- 2.21.5. A potencial autorização para adesão posterior de ata de registro de preços não implicaria necessariamente em uma redução do custo do mobiliário acima de uma demanda hipotética projetada pelo fornecedor, por ser a mesma incerta e, por haver limites na curva de possibilidade de produção bem como limite na curva de ótimo.
- 2.21.6. A economia de escala permite a redução do custo de produção e do custo final de um produto, mas esse benefício tem um limite. Ele se manifesta enquanto a empresa consegue diluir os custos fixos sobre um número maior de unidades produzidas, aumentando a eficiência e o lucro. No entanto, após um ponto ideal, chamado de tamanho ótimo, podem surgir as chamadas "deseconomias de escala", que levam a um aumento do custo unitário.

- 2.21.7. Como a aquisição para a DIREN-ANP/PF já é por si volumétrica e, considerando a possibilidade de participação de diversas unidades da PF no certame e o prazo de entrega dos mobiliários que será de 45 (quarenta e cinco dias) da emissão da ordem de fornecimento, o ponto ideal (tamanho ótimo) dentro do lapso temporal, pode ser atingido não redundando em economicidade e sim em possível aumento do custo do fornecimento do bem.
- 2.21.8. Dessa forma, visando garantir a boa administração, o atendimento prioritário às necessidades da ANP/PF e a preservação da adequada gestão da ata, não serão admitida a utilização da referida Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.
- 2.21.9. No que tange ainda a questão da vedação ao carona (adesão posterior) e que deve ser realizada pelo gestor da Ata, ocorre que o contingente Administrativo dentro da Unidade Gestora é reduzido, possuindo diversas demandas, equipe trabalhando em um nível alto de sobrecarga, uma derivada de tanta demanda e ausência de servidores (sobretudo do PEC - Plano Especial de Cargos e Salários da Polícia Federal) sendo esses geralmente responsáveis pelas atividades de Polícia Administrativa e das atividades de Gestão, Coordenação e Execução da Logística da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia bem como da Polícia Federal como um todo a nível nacional. Tal fator é impactante para a decisão de não permitir carona, sendo que no setor de contratos são 3 servidores lotados e no setor de licitações sendo 3 servidores estando um em fase inicial de treinamento.
- 2.21.10. Além disso, como demonstrado supracitadamente, no bojo dos autos, o mobiliário da Polícia Federal é objeto de padronização conforme Portaria Nº 13.056/2020-DG/PF - Padrões Básicos Mobiliário PF (142149111) que preve qualidade, ergonomia, condições, dimensões entre outros aspectos direcionados para as necessidades da Polícia Federal, o que certamente faz com que eventual carona de participantes, não alcance a demanda dos outros órgãos e as adesões apareçam como "adaptativas" como forma de fulga ao procedimento licitatório.
- 2.21.11. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CLOG/DIREN-ANP/PF	WALVERNACK BESERRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos técnicos para o fornecimento dos mobiliários encontram-se detalhados na PORTARIA Nº 13.056-DG/PF, DE 15 DE JULHO DE 2020 (142149111) que define o padrão básico para as especificações do mobiliário a ser adquirido pela Polícia Federal. Da documentação para habilitação técnica:
- 4.1.1. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já realizou o fornecimento de 50% total de cada item do objeto da presente aquisição, devendo ser pertinente e compatível com as características e quantidades especificadas neste Termo de Referência ou similar.
- 4.1.2. A empresa poderá apresentar tantos Atestados de Capacidade Técnica que julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses Atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.
- 4.2. Da assistência técnica:**
- 4.2.1. Quando houver necessidade, a manutenção corretiva dos bens deve ser realizada pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 4.2.2. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 4.2.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do mobiliário.
- 4.2.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.2.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 4.2.6. O custo referente ao transporte dos mobiliários cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.3. Da entrega e critérios de aceitação do objeto:

4.3.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato em remessa única, nos seguintes endereços:

4.3.1.1. Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - Rodovia DF 001 KM - 02 Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, Brasília/DF, 71559-900.

4.3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3.7. Todos os materiais a serem entregues deverão ser totalmente novos e devem guardar absoluta observância às especificações técnicas constantes nas tabelas da PORTARIA Nº 13.056-DG/PF, DE 15 DE JULHO DE 2020 (142149111) que define o padrão básico para as especificações do mobiliário a ser adquirido pela Polícia Federal.

4.3.8. Os itens deverão estar em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme a proposta apresentada, as especificações técnicas e os níveis de desempenho mínimos exigidos por órgão regulador competente, devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, sem ônus de frete para o órgão e acompanhados das respectivas notas fiscais.

4.4. Da garantia contratual dos bens

4.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.4.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.4.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.4.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.4.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.4.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.4.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.5. Da sustentabilidade

4.5.1. Em cumprimento aos requisitos dispostos no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - AGU" (disponível em <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), a CONTRATADA deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade ambiental.

4.5.2. Nos termos do Art. 7º, Incisos III e IV da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deve priorizar, no que couber, a adoção de padrões sustentáveis de produção, além de desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

4.5.3. Para os itens produzidos com madeira ou derivados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.5.4. No item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

4.5.5. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo; Critérios Ambientais para Mobiliário (MDF)

4.6. Matéria-Prima Certificada:

4.6.1. Exigir que o MDF (e outros componentes de madeira) seja proveniente de manejo florestal sustentável.

4.6.2. Comprovar esta origem por meio de certificações reconhecidas, como a do FSC (Forest Stewardship Council) ou de programas similares (ex: CERFLOR).

4.7. Baixo Nível de Substâncias Nocivas:

4.7.1. Priorizar o mobiliário que utilize adesivos e vernizes com baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs). COVs podem ser prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

4.7.2. Especificar MDF com baixo teor de formaldeído (classe E1 ou E0), pois o formaldeído é um poluente do ar interno.

4.8. Embalagens Sustentáveis:
4.8.1. Exigir que as embalagens de transporte sejam feitas de material reciclado e/ou que sejam recicláveis (ex: papelão).

4.8. Embalagens Sustentáveis:

4.8.1. Exigir que as embalagens de transporte sejam feitas de material reciclado e/ou que sejam recicláveis (ex: papelão).

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

5.1. Foram realizadas levantamentos de mercado com pesquisas realizadas no sistema Banco de Preços que compila dados do PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL, de licitações realizadas no COMPRAS.GOV, de licitações publicadas no PNCP e de licitações realizadas por outros instrumentos de divulgação de editais a nível nacional, estadual ou municipal como por exemplo o LICITA-E DO BANCO DO BRASIL. Também foi realizada consultas em sítios especializados (sites de fornecedores de mobiliário e realizado contato via E-mail e whatsapp) para encontrar potenciais fornecedores e ampliar o entendimento do mercado de mobiliário como também dar subsídios ao pedido de cotação de preços, conforme documentos acostados nos autos.

DA INEXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA ADESÃO E DE IRP ABERTO.

5.2. Não se procurou atas de registro de preço tendo em vista que o mobiliário da PF é padronizado por portaria já mencionada no presente estudo. Tal dispositivo impede que se compre mobiliários fora dos padrões estipulados.

5.3. Outro fator importante para que não se procurasse Ata de Registro de Preços ou IRP aberto é o fato de que esta Diretoria de Ensino assumiu a responsabilidade junto aos órgãos centrais de realizar a contratação via pregão eletrônico para registro de preços permitindo que as demais unidades da Polícia Federal em todo Brasil, que tenha necessidade de substituir seus antigos mobiliários possam fazer mediante participação no presente certame. Tal medida reveste a contratação de vantajosidade, economicidade e eficiência podendo resultar em uma contratação com melhores preços em razão do ganho em economia de escala.

DO CUSTO MÉDIO DA LICITAÇÃO

5.4. Segundo pesquisa realizada na plataforma GOOGLE utilizando IA verificou-se o seguinte:

5.5. Não há um custo médio fixo para a realização de um pregão eletrônico no serviço público federal, pois o valor varia muito em função de vários fatores. No entanto, estudos recentes e análises do próprio Tribunal de Contas da União (TCU) indicam o que deve ser considerado na estimativa desse custo.

5.6. Nesse contexto é correto afirmar que a questão ambiental está inserida no contexto da adequada iluminação e da adequação mobiliária para atuação dos profissionais, sendo, entre outros, conceito aplicável a sustentabilidade ambiental no ambiente laboral.

5.7. Outra questão que aponta na direção correta de se realizar a substituição do mobiliário é o fato de a garantia do mobiliário ser de 5 (cinco) anos, de fábrica, o que afasta o custo de manutenção por tal período, o que por si já aponta para um viés de economicidade e vantajosidade para além dos fatores ambientais. DAS ALTERNATIVAS À AQUISIÇÃO.

5.8. inviabilidade de locação dos materiais tendo em vista o longo tempo de utilização do material e a garantia pretendida de 5 (cinco) anos para mobiliário prevista na PORTARIA Nº 13.056-DG/PF, DE 15 DE JULHO DE 2020 (142149111) que disciplina e define o padrão para as especificações de mobiliário na Polícia Federal. Tal motivo torna a locação inviável e antieconômica sendo aquisição melhor opção.

5.9. Pelo mesmo motivo, e já explicitado acima, não procurou-se IRP aberto ou ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE conforme explicitado no item 5.2 acima.

5.10. Compra Direta (Aquisição de Ativo) de orçamentária.

É o modelo tradicional onde a empresa compra e se torna proprietária do mobiliário.

Vantagens:

Patrimônio: Os móveis tornam-se ativos da empresa, compondo seu balanço patrimonial. Custo Total a Longo Prazo: Em um horizonte de 8 anos, o custo total da compra costuma ser inferior à soma das mensalidades de locação. Customização: Liberdade total para modificações, reformas ou personalizações específicas.

Desvantagens: Desembolso Imediato: Exige alto investimento inicial de capital (CAPEX), que poderia ser usado no core business. Depreciação e Descarte: Ao final dos 8 anos, a empresa é responsável pelo descarte sustentável de um ativo depreciado. Manutenção Própria: Custos de reparos e assistência técnica ficam totalmente a cargo do proprietário.

5.11. Locação ou Assinatura (Mobiliário como Serviço)

Contratação do uso dos móveis mediante pagamento mensal por um período determinado.

Vantagens: Eficiência Fiscal: Para empresas no Lucro Real, as mensalidades são dedutíveis como despesas operacionais (OPEX), reduzindo a base de cálculo do IRPJ e CSLL. Flexibilidade: Facilidade para aumentar ou diminuir a estrutura conforme o crescimento da equipe. Atualização e Manutenção: Garantia de assistência técnica inclusa e possibilidade de troca por modelos novos ao fim do contrato.

Desvantagens: Custo Recorrente: Pagamento contínuo sem a posse definitiva do bem; ao final, o móvel deve ser devolvido. Dependência Contratual: Sujeito a reajustes anuais de aluguel e multas em caso de rescisão antecipada. Análise de Crédito: Exige aprovação de crédito recorrente, similar a um financiamento.

DA SOLUÇÃO ENCONTRADA.

ANÁLISE DA SOLUÇÃO ADOTADA (SRP) E JUSTIFICATIVA 5.12.

Solução: Aquisição de mobiliário por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP). 5.13.

Vantagens do SRP:

5.13.1. Economia de Escala: A conjugação da demanda da DIREN-ANP/PF com a de outras unidades participantes potencializa o volume, permitindo que os fornecedores ofereçam preços mais competitivos.

5.13.2. Flexibilidade na Aquisição: O SRP permite que a DIREN-ANP/PF e as unidades participantes efetuem as aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade real (liberação de espaço, recursos orçamentários, cronograma de obras, etc.), evitando a necessidade de grandes estoques.

5.13.3. Celeridade: Uma vez registrada a Ata, as aquisições se tornam mais rápidas, desburocratizando o processo a cada nova demanda.

5.13.4. Atendimento a Participantes: A natureza do SRP é ideal para o atendimento de diversas unidades com demandas variáveis, uma vez que a Ata pode ser utilizada por todos os órgãos participantes e, mediante justificativa, por "caronas"

5.14. Sobre a decisão de utilização do SRP o Decreto mencionado no bojo do parecer em seu artigo 3º prevê: O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: ficando claro que trata-se de gestão da administração em juízo de conveniência e oportunidade, que não pode ser realizado em favor de terceiros (UASG participantes) pelo fato óbvio de que cada UASG conhece suas necessidades. Assim sendo no caso concreto o a justificativa legal para aquisição via SRP encontra-se no Artigo 3º, Inciso III do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 que Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, por haver interesse na renovação do mobiliário pela Administração em todas as unidades da PF no Brasil, aderindo assim as normas da Portaria Nº 13.056/2020-DG/PF - Padrões Básicos Mobiliário PF (142149111) que por diversas vezes foi citada em relação a melhoria das condições ergonômicas dos servidores e usuários da Polícia Federal em todo o Brasil, e considerando que grande parte das unidades, sobretudo descentralizadas da PF no Brasil, possuem mobiliários que já tiveram sua vida útil ergonômica exaurida assim como as deste órgão gerenciador.

DA CONCLUSÃO

5.15. Dessa forma foi definido a adoção do Pregão Eletrônico por Registro de Preços tendo em vista que esse modelo permite a aquisição de material atendendo outras unidades, com quantitativos estimados, visto que sua implementação total dependerá de posterior disponibilidade orçamentária.

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Aquisição de materiais permanentes do tipo mobiliário especificado na Portaria nº 13.056/2020-DG/PF (142149111).

6.2. Aquisição dar-se-á por item, sendo o vencedor aquele que ofertar o menor preço por item.

6.3. Ademais, a opção para utilização da aquisição por item, se deu em conformidade com a Súmula TCU 247, e os materiais estão descritos nas tabelas constantes do item 2.8 deste ETP.

6.4. DA NÃO UTILIZAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA: Não será utilizada a margem de preferência devido a questão de padronização do mobiliário tendo em vista que a sua utilização afetaria a tão alegada durabilidade do mobiliário em qualidade, formato, cor e dimensões e tal procedimento está alinhado com a justificativa elencada nos autos para agrupamento das demandas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Quantitativos a serem contratados são descritos nas tabelas constantes do item 2.8 deste ETP.

7.2. Inicialmente foi realizado levantamento preliminar das necessidades das localidades conforme Planilha Levantamento de mobiliários unidades DIREN-ANP/PF (142141945) presente no bojo dos autos, todavia, após análise pela cúpula da Administração, de que os demais mobiliários já possuía mais de 12 anos de vida útil, optou-se por registrar preços para possível substituição de todo o mobiliário, que conforme o estudo sobre a vida útil média de uma cadeira de escritório IA GOOGLE (144938785) encontram-se com sua vida econômica útil encerrada. Inicialmente foi realizado levantamento preliminar das necessidades das localidades conforme Planilha Levantamento de mobiliários unidades DIREN-ANP/PF (142141945) presente no bojo dos autos, todavia, após análise pela cúpula da Administração, de que os demais mobiliários já possuía mais de 12 anos de vida útil, optou-se por registrar preços para possível substituição de todo o mobiliário, que conforme o estudo sobre a vida útil média de uma cadeira de escritório IA GOOGLE (144938785) encontram-se com sua vida econômica útil encerrada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 75.825.173,52

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Tabela com aglutinação do quantitativo a ser adquirido multiplicado pelo valor estimado unitário presentes no Licit. Mapa Comparativo de Preços (143460013) - contendo o valor estimado da aquisição após pesquisa de mercado utilizando os parâmetros da IN 65/2021.

8.2. Ocorre que devido o quantitativo inicial da aquisição a ser realizada pelo Órgão Gerenciador não se compreende necessária a complementação da presente pesquisa de preços considerando que o nível de ótimo de produção em escala sofre limites de quantitativos. Ademais a licitação de ordem agrupada em razão do tipo de material também enseja uma aderência à limitação supracitada, levando a economia de escala ao seu esgotamento no próprio bojo da cotação do gerenciador. E, ainda, os participantes optaram por utilizar o preço de referência do órgão gerenciador como mensurador do valor de sua aquisição, considerando o que já fora exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, de que as empresas que fabricam mobiliário corporativo possuem fábricas centralizadas, todavia, uma ampla rede de representantes regionais a nível nacional com igualmente ampla cadeia de distribuição ficando o preço logístico local diluído no todo da contratação trazendo assim agilidade no processo de aquisição bem como economicidade para contratação.

8.3. Nesse sentido, levando em consideração o quantitativo total da aquisição, a contratação com pesquisa de preços regionalizada, tendo como justificativa as localidades participantes, impactaria de forma negativa a economicidade, fazendo com que um mesmo produto viesse a ser vendido com valores discrepantes (mais altos) para atendimento de unidades periféricas ou em regiões fora dos grandes centros logísticos e que o impacto diluído na contratação global seria infimo para as unidades participantes considerando que boa parte faz parte do mesmo órgão a saber: Polícia Federal.

	ITEM	DEFINIÇÃO DO CATMAT DO MOBILIÁRIO COM QUANTITATIVOS RELEVANTES	QTD ANP	QTD SR DP	QTD SR ES	QTD SR MS	QTD SR SP	QTD SR AL	QTD SR MT	QTD SR RJ	QTD SR PE	QTD SR FI	QTD SR BA	QTD SR GO	CAD ET	QTD SR PB	QTD SR AM	QTD SR RO	QTD SR MA	QTD SR RN	QTD SR RR	QTD SR CE	QTD SR SC	QTD SR AP	QTD SR PR	QTD SR TO	QTD DITEC	QTD SR RS	PC RS	QTD TOTAL	MÉDIA PREÇOS					
																															UNITÁRIA	TOTAL				
Grupo 1	1	MESA REDONDA A.-	2	2		2	200		5		2		2	2	1	2	5	1			8		2	2	6	130	1	6	1	2		380	R\$ 2.540,00	R\$ 1.564.480,00		
	2	MESA DE APOIO MODELO A.-	2	2		2	200		5		2		2	2	1	2	3	2			8		2	2	80	1	6	1	2		329	R\$ 1.993,50	R\$ 655.961,50			
	3	CONEXÃO CURVA MODELO A.-	2	4		2	80		5		2		2	2	1	2	3	1			5		2	2	30	1	6	1	2		157	R\$ 1.430,34	R\$ 224.563,38			
	4	GAVETEIRO MODELO A.-	2	4	4	150		5		4		5	2	2	2	15	2				8		2	2	15	210	4	6	1	2	200	647	R\$ 1.857,40	R\$ 1.201.737,80		
	5	ARMÁRIO BAIXO (APARADOR) MODELO A.-	2	4		4	50		5		2		3	2	2	2	3	2			8		6	2	5	80	2	6	1	2	100	293	R\$ 3.683,80	R\$ 1.079.362,19		
	6	MESA DE CENTRO MODELO A.-	2	2		2	50	4	5		2		3	2	2	2	3	2			10		6	2	5	80	6	6	1	2		199	R\$ 1.368,48	R\$ 312.127,52		
	7	MESA LATERAL MODELO A.-	2	2		2	50		5		2		5	2	2	2	5	2			8		6	2	5	100	2	6	1	2		223	R\$ 1.500,67	R\$ 334.649,81		
	8	MESA DE REUNIÃO COMPOÑÉVEL MODELO A.-	1	2		2	80		1		4		3	2	2	1	3	1			5		12	2	5	70	1	6	1	2	3	209	R\$ 3.838,75	R\$ 802.298,75		
	9	ARMÁRIO ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS (ALTURA 1.600 MM)	284	60		200	200	30	20		100		30	70	50	10	10	30	92	10	40		40	8	500	350	39	60	5	16	20	30	80	2374	R\$ 1.899,25	R\$ 4.508.919,50
	10	ARMÁRIO SUPER ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS (ALTURA 2000 MM)	1	60	1	100	100		10		1		15	70	20	1	5	20	30	15	40		20	8	200	250	18	6				1083	R\$ 2.287,20	R\$ 2.477.037,60		
	11	ARMÁRIO ALTO SEMI-ABERTO -	54	30	4	20	50	4	5	20	150		5	50	50	10	8	15	27		30	1	30	8	600	300	2	45	5	1	10	15	1564	R\$ 1.581,25	R\$ 2.473.075,00	
	12	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS -	251	200	3	200	150	40	35		140		5	50	50	10	15	15	53		30	1	30	8	600	350	53	60	10	16	20	35	50	2480	R\$ 1.185,58	R\$ 2.940.238,40
	13	GAVETEIRO VOLANTE COM QUATRO GAVETAS -	257	250	16	300	100	30	40		70		30	200	80	10	15	30	130	30	100		40	8	700	400	104	60	20	113	40	35	50	3288	R\$ 1.185,80	R\$ 3.898.910,40
	14	MESA AUTOPORTANTE (TAMPO 1.400 x 1.400 MM) -	239	150	21	200	50		15		30		50	100	60	10	20	30	123	25	50		40	20	520	350	45	60	20	24	20	30	100	2402	R\$ 1.618,06	R\$ 3.886.580,12
	15	MESA AUTOPORTANTE (TAMPO 1.600 x 1.600 MM) -	1	150	7	100	50	40	5		1		30	100	60	1	10	80			10	90		20	20	110	290	32	30	20	55	10	15	1282	R\$ 1.636,06	R\$ 2.097.428,92
	16	MESA PENINSULA GOTA -	45	70	13	21	50	8	5		30		30	100	30	15	25	7		35		12	4	110	250	11	16	5	15	6	10	15	948	R\$ 2.368,34	R\$ 2.245.186,52	
	17	MESA DE REUNIÃO CIRCULAR -	18	50	58	50	400	6	5		10		10	70	2	6	15	4	15		10		12	4	21	100	2	16	10	5	4	3	906	R\$ 1.394,71	R\$ 2.613.807,26	
	18	MESA DE REUNIÃO OVALADA OU RETANGULAR 2400 mm -	18	40	6	10	50	4	1		4		5	20	2	6	3	1	4		10		12	4	20	30	3	2	6		4		265	R\$ 2.113,69	R\$ 561.717,85	
	19	MESA DE REUNIÃO OVALADA OU RETANGULAR 3000 mm -	1	40		10	50	2	1		4		5	10	1	1	3	6	3		12		12	4	10	180		2	6		4	1	368	R\$ 2.404,92	R\$ 985.010,56	
	20	MESA DE REUNIÃO COMPOÑÉVEL -	1	40	16	2	50		1		5		1	10	1	1	4	1			6		12	4	5	200		2	10	2	4		378	R\$ 2.204,67	R\$ 833.365,26	
	21	MESA RETANGULAR INDIVIDUAL -	1	50	34	200	50	40	15	30	30		10	50	20	1	23	1	78		10		20	10	58	150	2	12	20	7	10	15	967	R\$ 1.180,68	R\$ 1.165.311,42	
	22	MESA REGULAGEM ELÉTRICA - PME -	1	5		2	20	6	1		5		1	10		1	5	1			5		12	8	30	160		2	1	1	1	1	279	R\$ 4.770,66	R\$ 1.331.014,14	
	23	MESA PARA REFETÓRIO 1200X1000MM -	1	15	7		50	2	1	30	4		5	4	1	1	3	1	17		5		12	2	30	120	1	20	1	1	10	10	50	404	R\$ 1.235,06	R\$ 498.964,24
	24	MESA PARA REFETÓRIO 1400X1000MM -	1	15	60		50	2	1		4		5	4	1	1	3	1	17		5		12	2	15	70	1	12	1	1	5		289	R\$ 1.458,26	R\$ 421.437,14	
	25	MESA PARA REFETÓRIO 1600X1000MM -	1	15	2		50	4	1		4		10	4	1	1	3	1	15		5		12	2	10	40	2	3	1	2	5		194	R\$ 1.939,78	R\$ 376.317,32	
Grupo 2	26	CADEIRA COM RODÍZIOS MODELO A.-	14	4		30	400		30		35		3	4	20	4	50	6		40	45		2	8	204	650	2	30			30	100	1711	R\$ 1.831,38	R\$ 3.133.491,18	
	27	CADEIRA COM RODÍZIOS MODELO B.-	677	300		500	20	50	70		50		100	200	100	10	40	110	292	40	200	12	800	40	700	1	134	90	50	79	80	80	4825	R\$ 1.261,79	R\$ 2.302.766,75	
	28	CADEIRA UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES DE REUNIÃO -	239	150		100	200		20		50		30	500	40	10	30	25	69		85		400	30	344	250	32	48	30	39	20	60	100	2901	R\$ 1.329,73	R\$ 3.857.546,73
	29	CADEIRA DE INTERLOCUTOR PARA OS AMBIENTES DE TRABALHO -	36	150	19	200	200	30	50		180		5	200	40	36	25	20	116		70		600	30	313	270	20	30	30		20	40	250	2980	R\$ 1.192,17	R\$ 3.552.666,60
	30	CADEIRA INDIVIDUAL (EXA EMPILHÁVEL) -	246	50		50	50		20		100		30	30	15	40	5	20	60		70		30	30	200	250	55	90			80	10	30	1561	R\$ 602,50	R\$ 940.502,5
	31	LONGARINA DE 2 LUGARES -	17	15	5	100	5		1		10		15	1	17	3	6	30		12		30	10	62	80		20	30				5	80	604	R\$ 1.216,67	R\$ 795.268,68
	32	LONGARINA DE 3 LUGARES -	10	15	34	30	100		5		20		20	15	1	10	3	8	38		16		40	20	51	80	25	16	30	10	5	150	772	R\$ 1.777,50	R\$ 1.372.230,00	
	33	POLTRONA AUDITÓRIO COMUM -	1	300	56	200	100		10		200		80	50	1	98	2	52		120	90	200	30	180	100	205	16						2091	R\$ 2.577,67	R\$ 5.389.907,97	
	34	POLTRONA AUDITÓRIO PARA OBSERVS. -	1	5	4	11	50		2		2		4	5		1	2	2	2		5		6	4	6	10	2	2					126	R\$ 3.884,66	R\$ 489.467,16	
	35	SOFÁ DE 01 LUGAR - Característica principal: -	1	30	11	20	50	8	2	50	10	1	10	10	5	1	5	10	32	10	20		30	8	30	220	5	16	20	3	5	14	10	647	R\$ 2.062,40	R\$ 1.334.372,80
	36	SOFÁ DE 02 LUGARES - Característica principal: -	32	25		20	100	8	10	50	40	20	10	30	10	5	20	8	17	10	15	1	80	10	50	170	16	16	10	3	5	20	4	815	R\$ 3.702,98	R\$ 3.017.928,7
	37	SOFÁ DE 03 LUGARES - Característica principal: -	33	20		20	100	8	10	50	20	30	10	30	5	5	21	15	18	10	25	1	60	8	30	170	12	16	10	5	5	3		760	R\$ 5.447,40	R\$ 4.140.024,00
Grupo 3	38	PAINEL DIVISÓRIO PANORÂMICO COM 1400 MM DE LARGURA -	1	20			50		5		1		10	20		1	5	1			5		12	8	60	21		12	20		20		272	R\$ 560,00	R\$ 152.320,00	
	39	PAINEL DIVISÓRIO PANORÂMICO COM 1600 MM DE LARGURA -	1	20			50		5		1		10	20		1	5	1			5		12	8	30	1	12	12	20		10		224	R\$ 832,43	R\$ 186.468,80	
	40	PAINEL PARA FORMAR ESTAÇÕES -	1	30	7	100	100		5		1		10	20		1	5	1			5		12	8	40	151		12	1		10		520	R\$ 544,25	R\$ 283.010,00	
Grupo 4	41	ARMÁRIO AÇO TIPO GUARDIA-ROUPA -	1	20	9	30	50	10	4		10		5	10	8	1	22	2	50		10	4	12	20	60	200	5	3	5		8	10	100	669	R\$ 2.117,45	R\$ 1.416.574,05
	42	ESTANTE DE AÇO -	8	20	10	50	50	8	2		30		2	15	8	4	20	3	90		10		20	20	40	150	5	12	10	65		20	200	872	R\$ 2.637,30	R\$ 1.427.725,60
	43	ARMÁRIO PARA ACONDICIONAMENTO PARA ARMAS DE FOGO LONGA	3	20	4	2	50	6	2	20	5		4	15	8	1	4	3	20		10		20	8	25	70	6	9	6	4	4	28	12	369	R\$ 11.360,00	R\$ 4.191.880

8.4. O custo estimado da contratação levando em consideração o tabela acima que aglutinou todos os participantes do presente Registro de Preços é de **R\$ 75.825.173,52 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil cento e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento é uma solução viável a fim de garantir a competição na licitação, conforme disposto no §2º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, observado os critérios técnicos e economicamente viáveis, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Todavia, conforme já explorado neste ETP a contratação será realizada por itens

9.8. Ressalta-se, ainda, que a divisão por grupos se deu de forma a contemplar os nichos de mercado, tendo em vista que nem todos os moveleiros, sobretudo os de menor expressão, trabalham com toda linha de mobiliário, o que poderia restringir a competitividade e a isonomia do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

10.2. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente contratação se insere no escopo do Planejamento Estratégico da Polícia Federal 2024/2025 enquadrado nos Objetivos Estratégico Recursos - Conferir Efetividade ao Emprego dos Recursos no âmbito do Macro Processos de Logística.

11.2. Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anual 2025, conforme Anexo Anexo DFD200340_000164_2025 (142177007), conforme as justificativas da necessidade apresentadas e delineados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000032/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 180;

IV) Classe/Grupo: 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO;

V) Identificador da Futura Contratação: 200340-105/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Aquisição de mobiliário para atender as necessidades de renovação do mobiliários dos setores desta Diretoria de Ensino, bem como possibilidade de participação de outras Unidades Gestoras da Polícia Federal, tendo em vista a padronização presente na Portaria abaixo descrita uma vez que a aquisição dar-se-á por intermédio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços trará benefício no que diz respeito a condições de trabalho do ponto de vista do conforto e ergonomia desembocando no aumento da produtividade e garantindo o bem estar dos servidores e colaboradores.

12.2. Prover adequadas condições de ministração de aulas e aprendizagem com segurança pelos alunos no âmbito de cursos de formação bem como de educação continuada além das áreas administrativas e de gestão.

13. Providências a serem Adotadas

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Definir os fiscais para recebimento do material nesta unidade.

13.2. A unidade deverá definir seus respectivos fiscais ou comissão de recebimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não há previsão de possíveis impactos ambientais gerados pelo objeto da contratação, porém deverão ser adotados os critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MP e desde que sejam atendidos os requisitos elencados nos itens de 4.6 a 4.8.1 do presente instrumento.

14.2. Pretende-se assim a adequação dos espaços de trabalho com condições adequadas alinhadas com as Diretrizes Estratégicas PD01 e PDC12, objetivo: aumentar a salubridade do ambiente de trabalho, do Eixo 2: Racionalização da ocupação dos espaços físicos, do Plano Diretor de Logística Sustentável 2026/2027 (144266368).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Considerando a análise dos elementos constitutivos do Estudo Preliminar em comento, em especial dos subitens 5.1 a 5.13 que culmina com a decisão de adoção do pregão eletrônico para registro de preços dentro das demais alternativas possíveis para aquisição entendeu-se que:

15.1.1. Por todo o exposto, declaramos viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, visto que é a forma mais econômica, vantajosa e que atende a necessidade de uma compra que abrangerá todas as unidades da Polícia Federal participantes do certame com pretenso ganho em economia de escala.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANILO LOPES DE CARVALHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 16:10:04.

WALVERNACK BESERRA

DEMANDANTE

ADAILTON GOMES PEREIRA JUNIOR

DEAMDANTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08204.002268/2025-68

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA
(Processo Administrativo nº 08204.002268/2025-68)

CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº *xx/xxxx*,
QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A)

.....
E
.....

A União, por intermédio da **DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**, com sede na Rodovia DF 001, Km 2 Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0083-82, neste ato representado por sua Diretora, Delegada de Polícia Federal CHRISTIANE CORRÊA MACHADO, nomeada pela Portaria nº 198, de 18 de fevereiro de 2025, do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2 do dia 18 de fevereiro de 2025, e com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 165, de 21 de março de 2025, do Diretor-Geral da Polícia Federal, publicada no Boletim de Serviço nº 058, de 26 de março de 2025, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATANTE]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº 08204.002268/2025-68 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico Licitação* nº *XX/XXXX*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de mobiliários, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da assinatura do contrato**, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30(trinta)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60(sessenta) dias.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília-DF,
(na data da assinatura eletrônica)

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA PATRICIA DE MELO SILVA**, **Agente Administrativo(a)**, em 16/03/2026, às 22:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145168301&crc=B97AA400.
Código verificador: **145168301** e Código CRC: **B97AA400**.



POLÍCIA FEDERAL
Rodovia DF-001 KM 02 - Setor Habitacional Taquari (Lago Norte) Complexo ANP, , Brasília/DF, CEP 71559-900
Telefone: (61) 2024-8814 - <http://www.pf.gov.br>

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026/DIREN-ANP/PF

A **DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - DIREN-ANP/PF**, com sede na Rodovia DF 001 Km 02, Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, CEP: 71.559-900, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0083-82, neste ato representada pela Diretora de Ensino, **CHRISTIANE CORREA MACHADO**, nomeada pela Portaria nº 198, de 18 de fevereiro de 2025, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2 do dia 17 de fevereiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2026, publicada no D.O.U de 27/03/2026, processo administrativo nº 08204.002268/2025-68, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de mobiliários destinados a renovar as condições ambientais e ergonômicas de trabalho da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia Federal e demais Unidades Participantes, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 90010/2026-DIREN-ANP/PF, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: - CNPJ: Endereço: e-mail: Telefone:						
GRUPO I	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	ARMÁRIO AÇO TIPO GUARDA ROUPA	UND.	674	R\$	R\$
	2	ESTANTE DE AÇO	UND.	877	R\$	R\$
	3	ARMÁRIO PARA ACONDICIONAMENTO PARA ARMAS LONGAS	UND.	374	R\$	R\$
	TOTAL					R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP/PF, UASG 200340.

ÓRGÃO GERENCIADOR: DIREN-ANP/PF - ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - 200340 Endereço: Rodovia df-001, km 02, Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	ARMÁRIO AÇO TIPO GUARDA-ROUPA	Unidade	1	1	1
2	ESTANTE DE AÇO	Unidade	4	8	8
3	ARMÁRIO PARA ACONDICIONAMENTO PARA ARMAS DE FOGO LONGA	Unidade	3	3	3

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

200338 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF Endereço: SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estr. St. Policial Militar - Sul, DF, 70610-902. Telefone: (61) 2024-7501					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	20	20
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200352 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES Endereço: Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105. Telefone: (27) 3041-8249					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	9	9
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	10	10
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200354 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MS Endereço: R. Fernando Luís Fernandes, 322 - Vila Sobrinho, Campo Grande - MS, 79110-503. Telefone: (67) 3303-5600					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	30	30
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	50	50
3	630284-Armário	Unidade	1	2	2

200360 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SP Endereço: R. Hugo D'Antola, 95, Lapa, São Paulo - SP. Telefone: (11) 3538-5000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	50	50
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	50	50
3	630284-Armário	Unidade	5	50	50

200358 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AL Endereço: Av. Walter Ananias, 705 - Jaraguá, Maceió - AL, 57022-065. Telefone: (82) 3216-6767					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL

1	463054-Armário aço	Unidade	2	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	8	8
3	630284-Armário	Unidade	2	6	6

200374 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MT Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205 - Araes, Cuiabá - MT, 78008-902. Telefone: (65) 3927-9393					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	4	4
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	2	2
3	630284-Armário	Unidade	1	2	2

200356 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ Endereço: Av. Rodrigues Alves, 1 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250. Telefone: (21) 2203-4000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200398 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- PE Endereço: Cais do Apolo, 321 - Recife, PE, 50030-907. Telefone: (81) 2137-4000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	5	5
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	5	5
3	630284-Armário	Unidade	1	5	5

200344 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- SE Endereço: Avenida Chanceler Osvaldo Aranha, 1119, Novo Paraíso, Aracaju/SE - 49082-110. Telefone: (79) 3234-8579 - Plantão (24h) Horário de atendimento ao público da Recepção: 08h às 12h e 14h às 18h, de segunda a sexta-feira (dias úteis)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	30	30
3	630284-Armário	Unidade	1	5	5

200390 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PI Endereço: Av. João XXIII, 4500 - Recanto das Palmeiras, Teresina - PI, 64045-795. Telefone: (86) 2106-4924					
--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	5	5
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	2	2
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200346 - SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL - BA Endereço: Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001. Telefone: (71) 3319-6000					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	15	15
3	630284-Armário	Unidade	5	15	15

200376 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- GO Endereço: Av. Edmundo P. de Abreu, 826 - St. Pedro Ludovico, Goiânia - GO, 74823-030. Telefone: (62) 3240-9600.					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	8	8
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	8	8
3	630284-Armário	Unidade	2	8	8

160148 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO CMP Endereço: Avenida do Exército, Bloco Base ADM AP/CMP, BRASÍLIA/DF					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	1	1
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	4	4
3	630284-Armário	Unidade	1	1	1

200396 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PB Endereço: Rua Aviador Mário Vieira de Melo, Rodovia BR 230 km 16,5, João Agripino, João Pessoa/PB Telefones: (83) 3565-8450, (83) 3565-8802 e 3565-8803 Plantão (24h)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	22	22
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200382 - SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ
Endereço: Av. Domingos Jorge Velho, 40 - Dom Pedro, Manaus - AM, 69042-470
Telefone: (92) 3655-1515

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	2	2
2	486066-Estante metálica	Unidade	1	3	3
3	630284-Armário	Unidade	1	3	3

DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
200366 - DIVISAO DE POLICIA FEDERAL - FOZ DO IGUAÇU/PR
DPF/FIG/PR: Avenida Paraná 3470, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85863-469.
Setor: NUMAT/SELOG/DPF/FIG/PR,
Responsáveis Márcio e/ou Maria Aparecida (45) 3576- 5620/5619.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	10	50	50
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	90	90
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200388 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- MA
Endereço: Avenida Daniel de La Touche, nº 4000 - Bairro: Cohama, São Luís/MA - CEP 65074-115
Local de Entrega: NUMAT/SELOG/SR/PF/MA – no horário de 09:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00 horas.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	10	10
3	630284-Armário	Unidade	2	10	10

200342 - DIRETORIA DE TECN.DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO
Endereço: SAIS Quadra 07, Lote 23, Edifício DTI - Setor Policial - CEP: 70.610-902 - Brasília/DF.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	4	4

200394 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN
Endereço: R. Dr. Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-165.
Telefone: (84) 3204-5500

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	12	12
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	5	20	20

200384 - SUPERINT.REGIONAL DE P.FEDERAL NO EST.DE RR Endereço: Av. Brasil, 551 - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-050. Telefone: (95) 3621-1500					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	20	20
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	2	8	8

200392 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - CE Endereço: Av. Borges de Melo, 820 - Aeroporto, Fortaleza - CE, 60415-510. Telefone: (85) 3392-4934					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	10	60	60
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	40	40
3	630284-Armário	Unidade	5	22	22
			1	3	3

COORDENAÇÃO GERADL DE ADMINISTRAÇÃO - CGAD/DLOG/PF 200334 - COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD Endereço: SCN Quadra 4 Bloco A Torres B, C e D do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF, 70714-903. Telefone: (61) 2024-8100					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	20	200	200
2	486066-Estante metálica	Unidade	15	150	150
3	630284-Armário	Unidade	10	70	70

200370 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SC						
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Agrônômica, Florianópolis - SC, 88025-255.						
Telefone: (48) 3281-6500						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA		QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	Joinville/SC	2	2
			1	Chapecó/SC	3	3
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	Florianópolis/SC	5	5
3	630284-Armário	Unidade	1	Florianópolis/SC	2	2
			1	Joinville/SC	3	3
			1	Lages/SC	1	1

200402 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AP						
Endereço: Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e - BR-210, s/n - Infraero, Macapá - AP, 68908-910.						
Telefone: (96) 3213-7500						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA		QUANTIDADE TOTAL
			1	Macapá/AP	2	2

1	463054-Armário aço	Unidade	1	Oiapoque/AP	1	1
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	Macapá/AP	8	8
			1	Oiapoque/AP	4	4
3	630284-Armário	Unidade	2	Macapá/AP	6	6
			1	Oiapoque/AP	3	3

200364 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Professora Sandália Monzón, 210 – Santa Cândida Curitiba - PR, 82640-040.
Telefones: (41) 3251-7500, (41) 3251-7501 - Plantão (24h) e (41) 3251-7519 - Recepção.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	1	5	5
2	486066-Estante metálica	Unidade	2	10	10
3	630284-Armário	Unidade	2	6	6

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA - PCRR
927020 - ERR-POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA
Endereço: Av. Getúlio Vargas, 3859, Canarinho Cep 69.306-545, Boa Vista-RR
E-mail do responsável pela IRP: da@policiacivil.rr.gov.br/
luiz.silva@policiacivil.rr.gov.br/jimmy.segundo@policiacivil.rr.gov.br
Telefone: (95) 98410-7105 / (95) 98111-0020

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	10	100	100
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	200	200
3	630284-Armário	Unidade	1	12	12

200404 - SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO TO
Endereço: Quadra 103 Sul (ACSO1, Av. LO-01, 53 - Centro, Palmas - TO
Telefone: (63) 3236-5400

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
2	486066-Estante metálica	Unidade	10	65	65
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

200372 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RS
Endereço: Avenida Ipiranga, 1365 – Bairro Azenha, Porto Alegre – Rio Grande do Sul / CEP - 90160-093.
Telefones: (51) 3235-9000, (51) 3235-9015, (51) 3235-9013 - Plantão (24h).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	5	10	10
2	486066-Estante metálica	Unidade	5	20	20
3	630284-Armário	Unidade	5	28	28

DIRETORIA TÉCNICO CIENTÍFICA - DITEC
200406 - DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Endereço: SAIS Quadra 7, Lote 23 - Setor Policial Sul - Complexo Polícia Federal - Prédio INC, Brasília, DF, 70610-200.
Telefone: (61) 2024-8000.

Item	ESPECIFICAÇÕES	Unidade	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	463054-Armário aço	Unidade	2	8	8
3	630284-Armário	Unidade	1	4	4

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital* de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou

fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1,

dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. **CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Delegada de Polícia Federal
Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia
DIREN-ANP/PF

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sócio Administrador
EMPRESA
CNPJ:



Documento assinado eletronicamente por **MARSELE DE OLIVEIRA SANTOS DE SOUSA**, **Agente Administrativo(a)**, em 26/05/2026, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146206076&crc=CB4B8398.
Código verificador: **146206076** e Código CRC: **CB4B8398**.

Referência: Processo nº 08204.002268/2025-68

SEI nº 146206076



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

PORTARIA Nº 13.056-DG/PF, DE 15 DE JULHO DE 2020

Define o padrão básico para as especificações do mobiliário a ser adquirido pela Polícia Federal, na forma constante nos Anexos que integram esta Portaria.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; resolve:

Art. 1º Fica definido o padrão básico para as especificações do mobiliário a ser adquirido pela Polícia Federal, na forma constante nos Anexos que integram esta Portaria.

Art. 2º Determinar que a Coordenação-Geral de Administração – CGAD/DLOG/PF difundirá e orientará acerca do uso das novas especificações técnicas como padrão de mobiliário da Polícia Federal.

Art. 3º A critério dos ordenadores de despesas das unidades gestoras da Polícia Federal, as aquisições em andamento, bem como as aquisições de pequena monta, poderão ser realizadas com base no padrão definido na Portaria nº 5.604-DG/PF, de 24 de junho de 2015.

Parágrafo único. Por aquisições de pequena monta entende-se a substituição de pequenas quantidades de mobiliário, que representem renovação de até 30% (trinta por cento) da carga patrimonial da unidade.

Art. 4º Fica delegada competência ao Diretor de Administração e Logística Policial para realizar atualizações nos Anexos desta Portaria.

Art. 5º Dúvidas e casos omissos serão esclarecidos pela Diretoria de Administração e Logística Policial.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 5.604-DG/PF, de 24 de julho de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 140, de 27 de julho de 2015.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço.

(Publicada no BS nº 135, de 16 de de 2020)

ANEXO IV

ARMÁRIOS EM AÇO

1. ARMÁRIO TIPO GUARDA-ROUPA

Características principais:

- Armário de aço em módulos com portas, tipo guarda-roupa;
- Modulado com dois ganchos para dois cabides de poliuretano por compartimento duplo.

Dimensões:

Largura: 1200 mm

Profundidade: 450 mm

Altura: 1980 mm

Dimensões: variação máxima permitida de até 5%

Especificações técnicas:

Corpo e prateleiras em chapa de aço perfil #24 ou #26 com estrutura reforçada, compartimentos duplos.

Portas em chapa de aço perfil #24 ou #26 com reforço interno e mínimo de quatro venezianas de ventilação.

Dobradiças metálicas, internas e antivolação.

Fechadura com chave e dispositivos para cadeado.

Tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência à abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item:

- Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13961:201 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO.

- Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por profissional habilitado.

2. ESTANTE DE AÇO

Características principais:

- Estante de aço com 06 a 08 (seis a oito) prateleiras.

Dimensões:

Largura: 1000 mm

Profundidade: 450 mm

Altura: 1980 mm

Dimensões: variação máxima permitida de até 5%

Especificações técnicas:

Estante com 08 prateleiras, aptas a suportar 100 kgf/ prateleira (uniformemente distribuídos).

Aberta nos fundos e laterais.

Colunas: elementos estruturais com furação oblonga com espaçamento de 50 a 50 mm, com sapatas formados por perfis “L” 54 mm x 34 mm x 2.00 mm de espessura. (Chapa #24 ou #26).

Prateleiras: oito elementos estruturais formados por perfis 920 mm x 420 mm x 0.90 mm de espessura com um reforço ômega (para 100 kgf/plano). (Chapa #24 ou #26).

Divisores: elementos estruturais formados por perfis “U” 200 mm x 420 mm x 0.60 mm. (Chapa #24 ou #26).

Tratamento das superfícies: todas as peças devem receber tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item:

- Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13961:201 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO.

- Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por profissional habilitado.